



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7775 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

O LUGAR DAS PESSOAS PRETAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: EMPRETECENDO OS ESPAÇOS QUE (NÃO) PODEMOS ENTRAR

Jacson de Jesus da Silva - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

O LUGAR DAS PESSOAS PRETAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: EMPRETECENDO OS ESPAÇOS QUE (NÃO) PODEMOS ENTRAR

*

1 INTRODUÇÃO

Não tenha medo de escurecer: a autoridade da minha própria história

Início a escrita, largado sobre a minha cama, com as luzes apagadas, lágrimas nos olhos e com a sensação de aperto no peito, que não sei de onde vem, pra onde vai e, tão pouco, para onde irei. Sigo ouvindo, pela décima vez, a música *África* do grupo *Ponto de equilíbrio*¹, sugerida por uma amiga e irmã de cor. Precisava escrever neste exato momento enquanto a música se conecta à minha alma e me diz para não temer a escuridão porque nem tudo que é preto remete à escravidão e ao medo.

Tomei coragem para escrever também sobre mim, quem sou e os espaços que ocupo. Escrever, aqui, é também um ato político e de descolonização (KILOMBA, 2019). Sou África. Sou um jovem homem cis, preto, gay, professor, nascido na Bahia – berço daquilo que hoje, europeicamente, chamamos de Brasil – e que, arduamente, segue subvertendo o sistema de exclusão instituído no modelo educacional brasileiro. Mas, por que isto é importante/necessário para/em um texto acadêmico? E eu respondo com a história do meu/nosso SILÊNCIO!

É nesse espaço que moram as angústias, medos, exclusões e marginalizações de quem teve/tem, assim como eu, o infortúnio de ser alvo da *branquitude*, vista aqui não como identidade social, mas como símbolo de exclusão, lugar de silêncio, invisibilidade e, principalmente, de privilégio. Trata-se de uma dimensão ideológica, no sentido mais e perverso do termo, que contém marcas de sangue, dor e sofrimento (BENTO, 2005).

Ter o corpo marcado por essas dores é ter que viver em uma sociedade que privilegia quem coloniza e o/a premia com o poder de desenhar “uma história de vozes torturadas,

línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podemos entrar, tampouco permanecer para falar com nossas vozes” (KILOMBA, p.27, 2019). Nossos corpos pretos carregam marcas de processos que nos coisificam, subestimam, objetificam, hipersexualizam e nos culpabilizam por diferirmos dos padrões impostos pela branquitude. O nosso cabelo crespo, nossa pele escura, nossos traços, nossa cultura, sempre serviram como argumentos para justificar a colonização, a exploração e a exclusão (GOMES, 2005), (re)construindo políticas de morte, de cerceamento, e os modos de viver de quem sofre as mazelas do colonialismo e do *racismo estrutural*.

Assim, todos esses elementos me constituem, orientam meu olhar, meus desejos e rupturas, me conectam com diversos lugares, (des)amores, exclusões e, por diversas vezes, os sentimentos de autonegação e culpa, construídas por uma sociedade retroalimentada por estigmas de raça, classe, gênero e sexualidades.

¹Ponto de Equilíbrio é uma banda de reggae brasileira formada, atualmente, por Hélio Bentes, Márcio Sampaio, Pedro Caetano, Lucas Kastrup, Marcelo Campos e Tiago Caetano. Foi criada na cidade do Rio de Janeiro em 1999.

Essa atmosfera culmina em uma espécie de supremacia branca e de eugenia da *cultura preta*, entendida, aqui, como: uma produção real, sólida, representações, línguas e costumes, das práticas cotidianas e histórica específicas, do intercâmbio de sentidos e compartilhamento de significados, relações com os sentimentos e o senso de pertencimento (HALL, 2016), que nos permitem cultivar nossas próprias identidades pretas, como produções simbólicas, discursivas e culturais (SILVA, 2012). Nesse sentido, a normalização da branquitude e a deslegitimação/exclusão da cultura e identidades pretas marcam expressões do racismo que “fornecem o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, p.16, 2018)

Este texto conta sobre a negritude a partir das minhas próprias vivências como negro, tocadas por outras histórias, sentimentos e narrativas. Não escrevo sobre fenômenos universais, mas sobre como sou tocado por elas, como as interpreto e como elas ajudam a contar a minha própria história, desconectando da ideia da racionalidade dos sujeitos, da linearidade histórica e visão realista do conhecimento, entendendo que cada história é singular e não poderá ser replicada (MEYER e PARAÍSO, 2012).

Do lugar teórico dos Estudos Culturais da Educação, assumo a não neutralidade deste trabalho, entendendo que este tipo produção “*tenta atravessar, de forma explícita, interesses sociais e políticos diversos e se dirigir a muitas das lutas no interior da cena atual*” (SILVA, p.7, 2017), sem perder o seu rigor teórico e a relevância social, a crítica social, a política prática e a erudição individual (GIROUX, 2003). Do lugar dos estudos decoloniais, proponho costurar o lugar e o pensamento a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, a partir de cosmovisões e narrativas de corpos-políticos de enunciação e locus geopolíticos (BERNARDINO-COSTA e GROSFUGUEL, 2016).

Proponho, neste ensaio, escurecer e historicizar o lugar das pessoas pretas na educação brasileira, especificamente, homens pretos. Nesse exercício, meu texto diz também sobre a minha própria história, articulando conceitos como: raça, racismo, racismo estrutural e educação. Entendo que meu corpo, minha identidade preta e minhas vivências, culminam, aqui, de maneira implicada. Não há distanciamento entre o pesquisador e o tema, o que não significa dizer que não existam distanciamentos entre as histórias e os processos de subjetivação. Este texto é um recorte da minha pesquisa de mestrado, em andamento, que tem como objetivo: compreender e analisar como as trajetórias e os processos de in/exclusão educacional de pessoas pretas, mais especificamente, de homens pretos gays no ensino superior são/estão atravessadas pelos estigmas de raça, classe e sexualidades, partindo de uma perspectiva autonarrativa e de reflexões sobre as minhas experiências/vivências.

2 RAÇA, RACISMO E RACISMO ESTRUTURAL: EDUCAÇÃO PARA QUEM?

Antes de seguirmos com as reflexões mais objetivas sobre a ocupação dos espaços educacionais por corpos pretos, proponho, pensarmos juntos e juntas no conceito de *articulação*. Penso que ele dará suporte para entendermos as implicações do *racismo estrutural* nos processos de marginalização instituídos pela branquitude nas trajetórias educacionais de nós pretos e pretas, uma vez que:

[...] Ele fornece uma forma de descrever o processo contínuo de separação, realinhamento e recombinação de discursos, grupos sociais, interesses políticos e estruturas de poder, numa sociedade. Fornece também uma forma de descrever os processos discursivos pelos quais os objetos e identidades são formados ou pelos quais se lhes atribuem significados (SILVA, p.19, 2017)

Para tanto, entender como se dão os interesses políticos e as estruturas de poder na construção de um *sistema piramidal da educação*, ou seja, o afunilamento do acesso a determinados espaços educativos baseado em estigmas de raça, classe e gênero, requer a compreensão de que a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem a articulação dos conceitos de raça e racismo, e seus tenebrosos desdobramentos para a (re)criação de algo imensamente maior e mais potente: o *racismo estrutural*. Este, por sua vez, ultrapassa a ideia do racismo como ação individual e transforma-se em uma tecnologia que atravessa todas as esferas da vida social, movimentando os interesses econômicos, políticos e educacionais, delimitando as formas de ser e estar no mundo de nós pessoas pretas e quais lugares devemos ocupar. Seguirei, aqui, com o auxílio das reflexões de Sílvio Almeida (2018) como suporte teórico para a compreensão dos termos supracitados e costurando-os com os cenários históricos da educação brasileira.

A emergência do conceito de *raça* é marcada pela necessidade de estabelecer classificações, divisões e sobreposições de identidades, uma vez que, “por trás da raça sempre há contingências, conflito, poder e decisão, de tal sorte que trata de um conceito relacional e histórico” (ALMEIDA, p.19, 2018). Nesse sentido, é preciso escurecer a linha do tempo que marca a trajetória histórica do emprego do conceito.

Durante a expansão mercantilista, em meados dos séculos XVI e XVII, ferve a cultura iluminista que traz consigo o ideário filosófico do homem branco, cristão e europeu como ser universal, demarcando um padrão com implicações físicas e culturais, ou seja, distinções filosóficas e antropológicas que homogeneizaram o entendimento sobre o que é ser civilizado (branco) e o que é ser selvagem/primitivo (preto e índio) em um conjunto de *oposições binárias*:

[...] por um lado, entre as “raças” brancas e o desenvolvimento intelectual – requinte, aprendizagem e conhecimento, crença na razão, presença de instituições desenvolvidas, governo formal, leis e “contenção civilizada” em sua vida emocional, sexual e civil, os quais estão associados à “Cultura”. Por outro lado, a ligação entre as “raças” negras e tudo que é o instintivo – a expressão aberta da emoção e dos sentimentos em vez do intelecto, falta de “requinte civilizado” na vida sexual e social, dependência dos costumes e rituais e falta de desenvolvimento de instituições civis, tudo isso ligado à “Natureza” (HALL, p.168, 2016).

No Brasil Colônia buscou-se educar, catequizar e converter os povos originários e as pessoas pretas como instrumentos de aproximação e de contato entre os homens brancos europeus e os “nativos”. Esta configuração de educação – pautada na tentativa de “apagamento cultural” e de construção identitária imposta pela fé, a língua e a atribuição de valores morais, centralizou a igreja como instituição de controle sobre o ensino, em uma perspectiva de reprodução da ordem religiosa (PAIVA, 2007; GONDRA e SCHUELER,

2008).

Mais tarde, no século XIX, todos esses eufemismos ganham forças com a lógica positivista que reforça a ideia de que as características biológicas e ambientais seriam fatores preponderantes na determinação entre diferenças éticas, morais, intelectuais e psicológicas de pessoas brancas e não-brancas, sendo os trópicos, nessa perspectiva, o berço de pessoas violentas, imorais e pouco inteligentes. Após a emergência do imperialismo, após a crise do capital, atenuou-se a marginalização e a exclusão das pessoas pretas, ligando-nos ao subdesenvolvimento e à desorganização.

No Brasil Império, a educação começou a ser pensada a partir da valorização da ciência positivista com a tentativa da reconstrução identitária de Portugal e seus impérios, estabelecendo um modelo de educação laico – mas sem alterações nas motivações, normas e valores, pautado sempre na conduta moral, familiar e obediência às normas – em que o Estado pudesse ter total controle, sem interferência da Igreja. Assim, definindo uma hierarquização no acesso ao ensino e limites de instrução a partir de estigmas de raça, classe e gênero (GONDRA e SCHUELER, 2008).

Contemporaneamente, mas com efeitos dessas marcas históricas, a escola impõe em seus currículos padrões estéticos, linguísticos, de conhecimentos e comportamentos que servem como engrenagens para ações racistas. Nós, quando crianças, aprendemos que o nosso cabelo, a nossa cor e a nossa identidade são a origem do problema, alimentamos um sentimento de autonegação e inferioridade. As instituições de ensino tiveram/têm um papel central na busca por uma homogeneização da identidade cultural brasileira articulada pela branquitude, instrumentalizando o processo de negação das identidades não-hegemônicas, dos saberes dos povos originários e do povo preto que foi escravizado. Para ocupar o espaço escolar, é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se. A exigência de cuidar da aparência é reiterada – na tentativa de desmanchar a marca do preto descabelado e imundo – nem sempre escancarando as portas do racismo que, na maioria das vezes, aparece de forma velada, amarrado a normas ditas higienistas (GOMES, 2005).

Subsidiando a implementação forçada de elementos culturais, linguísticos e religiosos que constituíam as bases do ideal de sociedade vislumbrado pelos colonizadores brancos oriundos de países europeus no século XVI, pode-se considerar que a supremacia dos ideais brancos – sob uma nova roupagem e tecnologias – perduram até os dias atuais através da deslegitimação das produções culturais e de resistências do povo preto e dos povos indígenas.

Tomando noção de que não existem parâmetros biológicos que justifiquem a ideia de raça, ela toma uma forma política para justificar e articular-se ao racismo. Entendido aqui, como: um dispositivo ideológico que toma características biológicas como valores e significados sociais, impondo uma série de associações negativas a determinadas pessoas e grupos, agindo de forma sistemática, por meio de práticas conscientes ou inconscientes que materializam-se através da discriminação racial (GOMES, 2005; ALMEIDA, 2018).

Ser preto/preta é ter sempre que ser induzido(a) a se contentar com o mínimo, internalizar que precisamos ser sempre didáticos/as e compreensíveis quando discutimos sobre racismo com alguém que usufrui dos privilégios cis, héteros e brancos, para não sermos vistos(as) como radicais e vitimistas. Quem detém dos privilégios nos apunhala todos os dias. E, ainda assim, somos cobrados/as a manter uma habitual *etiqueta* quando envolve as discussões raciais no Brasil; precisamos nos colocar de forma diplomática, como se as nossas vivências – tais quais elas são, sem romantizações – não pudessem emergir e serem referências no/para nosso discurso. Essa etiqueta se coloca, incipientemente, contrária a qualquer discussão, especialmente em forma controvertida, da conjuntura racial, desse modo, contribuindo para a perpetuação do modelo de relações presentes desde os dias da escravidão

(NASCIMENTO, 1978). Mas, o que faz o racismo ser estrutural?

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. [...] O racismo como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. A estrutura é viabilizadora e não apenas restritora. (ALMEIDA, p.38, 2018)

O fato do racismo ser estrutural não minimiza as ações individuais e institucionais, muito pelo contrário, elas ganham forças na medida em que pessoas brancas não problematizam a estrutura, mesmo compreendendo que compõem as engrenagens de um sistema racista, cuja supremacia e interesses são brancos e sempre terão privilégios. Assim, justificar ações racistas como consequências da estrutura é legitimar e contribuir para (re)construção de uma política de morte e de exclusão: é ser racista.

Pensar o racismo institucional como um desdobramento do racismo estrutural, dá pistas para a reflexão sobre a articulação entre racismo e educação. As instituições de ensino estruturam elementos que deem conta de um ideal de sociedade que possibilite a manutenção do poder e o Estado cria e valida leis e diretrizes. Contudo, é necessário questionar: para quem são criados? Por quem são criados? Quem ocupa esses lugares de poder? Esta última indagação é um ponto central para pensarmos toda essa estrutura, uma vez que quando os lugares de poder são hegemonicamente brancos, a reprodução institucional destes privilégios é quase que automática (BENTO, 2005). O racismo estrutural impregnado nos modelos vigentes de educação no Brasil indica as estratégias pedagógicas que (re)produzem protagonismos brancos, cis e heterossexuais e seus privilégios.

A escola deve fomentar a problematização sobre as intencionalidades depositadas sobre as *diferenças* pela branquitude, instituindo privilégios, elegendo uma identidade como parâmetro em relação a outra identidade (SILVA, 2012). A escola deve negar pedagogias que sirvam aos ideais de propagação da “benevolência branca”, de uma pseudoinclusão das diferenças, visto que, em uma pedagogia onde a identidade e a diferença são abordadas na perspectiva benevolente da tolerância, “culmina em uma produção de novas dicotomias, como a do dominante tolerante e do dominado tolerado ou identidade hegemônica benevolente a identidade subalterna, mas, “respeitada” (SILVA, p. 98, 2012).

A pedagogia da tolerância nos impede de ver as identidades e diferenças como processos de produção social, de questionar as normalizações e padrões. É necessário problematizar e subverter a fixação e estabilização de apenas uma identidade e as intencionalidades contextuais as quais estão organizadas, borrar a norma de homogeneidade branca para entender que as culturas são compostas por pessoas e grupos com singularidades e pluralidades. É desconstruir currículos e subverter pedagogias liberais e colonizadoras, para que sejam capazes de desenvolver capacidades críticas para instigar/subsidiar os questionamentos dos sistemas e as formas dominantes de representação das identidades (SILVA, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar-me como corpo político e implicado neste texto foi ensaiar um exercício de bricolagem da historicização do lugar das pessoas pretas na educação brasileira com a minha própria história. Ser preto(a) é ter que subverter, diariamente, estruturas de exclusão que versam e articulam-se com o racismo estrutural, o racismo institucional e os interesses da branquitude para a consolidação do padrão filosófico e antropológico de homem branco universal, atribuindo sempre aos grupos de pessoas não-brancas a subalternização, a

marginalização e a privação de ocupação de determinados espaços de poder. Do Brasil colônia à república, os modelos de educação foram desenhados e acomodados na linha do tempo sempre atravessados por estigmas de raça, classe e gênero como mecanismo de controle do acesso, elaboração de currículos e das pedagogias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e poder: a questão das cotas para negros**. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., São Paulo, 2005.

BERNARDINO-COSTA, Joaze, GROSFUGUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016

GOMES, N. L. **Trajatórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?** In: FAVERO, O.; IRELAND, T. D. (Orgs.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. p. 229 - 250 – (Coleção educação para todos; 7).

GONDRA, José G. e SCHUELER, Alessandra. Formas do Brasil e Forma da Educação. In: _____. **Educação, poder e sociedade no império**. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **Cultura e representação** – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias de plantação – Episódios de racismo cotidiano** / Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira, - 1. ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MEYER, Dagmar Estermann, PARAÍSO, Marlucy Alves (organizadoras). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação** – Belo Horizonte : Mazza Edições, 2012

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

PAIVA, José Maria. **Educação jesuítica no Brasil Colonial**. In: LOPES, Eliane Marta T; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cyntia G. **500 anos de educação no Brasil**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 43-60

SILVA, Tomaz Tadeu. **Alienígenas na sala de aula**. 11.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013 – (Coleção Estudos Culturais em Educação).

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/ Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward, 11. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.